



## Rumo a uma democracia esperta

Zhao Tingyang<sup>1</sup>

### I. Da democracia à publicracia

Baseada na confiança, a democracia requer consenso social, assim como o dinheiro. A eficiência ou reputação da democracia seria danificada ou até mesmo arruinada, se não houvesse mais confiança social para apoiá-la.

Uma vantagem mais considerável do governo democrático, ainda que menos mencionada ou de alguma forma negligenciada, é aquela da redução de chances do surgimento da revolução violenta, uma vez que uma próxima eleição seria um negócio mais fácil. Desta forma, a democracia é a política pacífica na proteção de uma sociedade, ou nação, contra as rebeliões ou revoltas consideradas como desnecessárias. Essa é a maior virtude da democracia, muito mais convincente do que todas as outras virtudes reivindicadas por ela, como igualdade, liberdade, ou justiça, que são, em termos práticos, mais suspeitas.

No entanto, a democracia não desenvolve uma sociedade livre de divisões culturais ou conflitos políticos. Parece que as coisas se desenvolvem de uma maneira ainda pior. Nos últimos anos, algumas sociedades democráticas bem desenvolvidas estão sendo dilaceradas enquanto o consenso social está desaparecendo gradualmente. A perda do consenso social enfraquece o conceito de democracia. Ela expõe um “cavalo de Troia” à espreita, mas há muito ignorado, que reside dentro dela mesma, um “bug” oculto na democracia, que pede um “patch”, ou melhor, um novo conceito de democracia.

O “cavalo de troia” na democracia é a “publicracia”, termo meu, que antes existia implicitamente em alguns lugares, mas agora existe explicitamente em todos os lugares. Este conceito sugere uma situação embaraçosa de autoengano da democracia, isto é, de sustentar um fantasma de antidemocracia por trás de uma máscara de democracia. Por “publicracia”, quero dizer uma distorção democrática, ou o uso indevido, que leva para a desconstrução da própria democracia. “Publicracia” representa uma forma prática específica da democracia, pela qual as formas de publicidade subjacentes às

---

1 Professor de Filosofia da Academia de Ciências Sociais da China (CASS). Texto escrito originalmente em inglês e traduzido com a autorização do autor.

democracias contemporâneas — isto é, como é de conhecimento geral, as plataformas públicas de mídia, TV, internet, telefone celular, Facebook, Twitter, e WeChat — produzem o oposto, ou seja, a face negativa da democracia. Em vez do uso público da razão, como Kant defende, “publicracia” indica o contágio de opiniões públicas dominantes fabricadas, ou irracionalidade coletiva, que assumem o controle da esfera pública e criam opiniões públicas por meio de apelos irracionais, e isto demonstra (prova) o “uso público indevido da razão”. Há pouca chance de sucesso na luta contra a “publicracia”, devido ao problema constrangedor de que a “publicracia” compartilha parcialmente genes com a democracia.

A “ágora” grega foi a esfera pública inicial para debates abertos. Mas, do mesmo modo, também criou um mercado público para competição irracional de opiniões (*doxa*) que estavam longe da verdade. A “ágora” conceitual seria boa para os cidadãos racionais com “consensus”. Isso implica que a democracia poderia funcionar bem apenas quando os debates públicos estivessem alinhados com o “melhor argumento” (como Habermas vê) para bens públicos, em vez de argumentos irracionais baseados em valores “politicamente corretos”. A democracia seria enganada, então descarrilada, quando encontrasse valores conflitantes na ausência de consenso. Desde o início, a “ágora” renunciou a tendência mais provável da democracia moderna de degenerar da publicidade para a “publicracia”. Como mencionado, a esfera pública na forma da “ágora” libertaria as mentes de doutrinas arbitrárias por meio de debates abertos e razoáveis, mas as pessoas gostam mais de fantasias do que de verdades, de modo que o “mercado de opiniões” proporcionaria maiores oportunidades para preconceitos, piadas, ideologias, rumores e trapaças, conjuntos de elementos mais tentadores. Na verdade, a esfera pública muitas vezes fornece uma maneira bem-sucedida para um demagogo chegar ao poder, liderando ou enganando as mentes dos cidadãos com ideologias ou propagandas.

Enraizado na “ágora” grega, o primeiro sucesso da “publicracia” deve ser mais atribuído à história triunfante do cristianismo no lugar da filosofia grega no Império Romano. O cristianismo mudou significativamente a política tradicional, até mesmo o conceito de político, com o que chamo de suas “quatro invenções na política”, que acabaram por desenvolver as primeiras ideologias.<sup>2</sup> Estas invenções incluem propaganda, autocensura, massificação de uma mente institucionalizada, e um inimigo espiritual. Ou seja: pregação, que se desenvolveu em “propaganda”<sup>3</sup> ideológica; persuasão e confissão, que evoluíram para a autocensura política moderna em termos de disciplinas partidárias em estados comunistas, ou correção política em sociedades modernas; a institucionalização religiosa de mentes, que moldou o

2 Para minhas discussões detalhadas sobre as quatro invenções na política, veja Zhao Tingyang, “The studies on the bad world” (edição chinesa), Renmin University of China Press, Pequim, 2009, p. 195-210.

3 O primeiro departamento de propaganda foi criado pelo Papa Gregório XV em 1622, chamado Sacra Congregatio de Propaganda Fide. Seu objetivo é “levar em consideração e lidar com toda e qualquer preocupação para a propagação da fé em todo o mundo”. Veja Edward Bernays: Propaganda. Ig Publishing, Brooklyn, 2005. p. 9

protótipo de massas modernas de uma mente copiada — a ser notado, essa invenção de massas foi ainda mais antiga do que a invenção moderna da individualidade<sup>4</sup>; e, finalmente, a luta religiosa contra o diabo e os pagãos, que contribuiu tanto para a concepção moderna de “inimigos”<sup>5</sup> políticos.

No início da modernidade, a “publicracia” era um problema menor, muito pequeno para ser sentido. O que mudou fatalmente hoje é que a “publicracia” cresceu forte, agora controlada e aplicada pelos poderes sistemáticos globais na forma de capital financeiro global, alta tecnologia, internet e mídia corporativa, bem como as plataformas de APPs. Estes poderes sistêmicos globais estão colonizando todos os cantos do mundo, transformando-se assim de poderes econômicos em poderes políticos de fato. O que está permitindo que eles tomem posse do mundo é que, embora decepcionante seja desarmante, seus serviços “totalmente atenciosos” estão se mostrando cada vez mais irresistíveis para quase todos - se não psicologicamente, então pelo menos materialmente e socialmente, pois ninguém pode viver sem seus serviços com todos os detalhes. Somos voluntariamente controlados por seus serviços atenciosos, bem como pelos discursos prontos que gentilmente nos libertam do pensamento, duro e doloroso. Enquanto desde o início da civilização, a força ou o conhecimento encontraram o poder, hoje o serviço se tornou poder. Surpreendentemente, o que dá aos poderes sistemáticos globais sua vantagem na dominação, levando assim, paradoxalmente, a um novo despotismo baseado e apoiado pelo livre mercado ou sistema democrático. Em suma, o mundo está testemunhando o nascimento de uma “publicracia” despótica, uma distorção legitimada da democracia e, o pior, em nome da democracia.

Isto não é um futurismo distante, mas quase nossa realidade agora. Devemos nos sacudir da paralisia mental produzida pelo sucesso de longa duração da democracia. O futuro da democracia depende de uma virada política, de uma democracia baseada em opiniões destinada a degenerar em “publicracia”, em direção a uma democracia baseada em conhecimento. Estou esperando uma democracia inteligente que exija inteligência razoável ou racional para ser incorporada aos arranjos institucionais da democracia, para que a democracia funcione “automaticamente” de forma inteligente como se fosse inteligente em si mesma.

## **II. A democracia não explica nada de bom ou verdadeiro**

A democracia não é valiosa por si só; em vez disso, é um método ou procedimento supostamente bom para fazer escolhas de caráter público. A democracia se relaciona com muitos valores — igualdade, justiça, imparcialidade e liberdades — mas não é

4 Antes do cristianismo, havia apenas uma multidão de pessoas com mentes incertas, em vez de massas unidas de uma alma compartilhada.

5 A interpretação de Carl Schmitt do político como a distinção amigo-inimigo parece uma reconfirmação do reconhecimento do inimigo como a tarefa da política desde a dominação do cristianismo. Veja Carl Schmitt: *The Concept Of The Political*. Trad. George Schwab, The University of Chicago, 1996, p.26.

um valor em si mesma. E deve ser avaliada com base em se produziria boas escolhas públicas. Nenhuma evidência prova que as escolhas públicas feitas pela democracia são sempre mais razoáveis, mais benéficas ou mais sábias, embora geralmente se acredite que seja pelo menos melhor do que outros sistemas disponíveis, digamos, o despotismo.

O ponto onde a democracia tem uma vantagem prática está em julgar legitimamente as demandas competitivas, mas inflexíveis, de grupos divergentes, especialmente se as eleições trouxerem paz no lugar da violência. Mas deve ser notado que a democracia não explica nada sobre a verdade, a bondade ou a justiça, fazendo nada mais do que uma escolha majoritária entre opiniões parciais em vez de quaisquer julgamentos imparciais. Na verdade, raramente, se não impossível, coincide com a unanimidade que é suposta a base ideal para bens públicos, digamos, uma Constituição. No entanto, não devemos ser muito idealistas para com a humanidade, pois o fato é que ainda não vimos nenhuma Constituição estabelecida com o consentimento total de todos. O desacordo é sempre um problema básico nas sociedades humanas, do primeiro ao último dia da história. Teoricamente, a votação democrática funcionaria bem apenas se uma sociedade estivesse vinculada ao consenso básico e aos benefícios comuns, mas se provou como algo de que não ajuda muito em casos tais que incluem (1) falta de Estado de Direito; (2) jogo de soma zero; (3) conflitos no campo dos valores básicos; (4) choques de civilizações. E estes déficits ou limitações ajudam a explicar os recentes desafios políticos às democracias, mesmo nas melhores áreas democráticas, como Europa ou América.

As deficiências da democracia acabam sendo exatamente o efeito colateral implícito, mas indelével, de suas vantagens explícitas, ou seja, a democracia exclui ou oculta as questões filosóficas não resolvidas sobre o que é bom ou o que é verdadeiro. Em vez disso, deixa as questões sérias para as preferências incertas e inconstantes do povo, que muitas vezes, para problemas complicados, é tentado pelas soluções mais fáceis, mas irresponsáveis. A democracia descarta questionamentos desafiadores por meio de um tipo de autorreferência mágica ou paradoxal, na qual as decisões do povo por si mesmas não podem estar erradas. Em outras palavras, a escolha democrática equivale à correção política. E isso acaba por confundir legitimidade processual com justificação ou razão. Parece um truque político quando as pessoas escolhem a democracia, elas escolhem ser responsáveis por seus erros ignorantes, muitas vezes induzidos pela mídia ou propaganda. Definitivamente, isso não significa um apoio a nenhum despotismo. Na verdade, a democracia prova ser muito melhor do que a autocracia. Isso explica bem a disseminação da democracia no mundo moderno, apesar de seus defeitos. O ponto é que a democracia ainda está longe do seu melhor potencial. Menos pessoas falam sobre isso por medo de serem acusadas de sua incorreção política. Mas é mais provável que a correção política seja a coveira da democracia.

Agora minha pergunta está clara. A democracia funciona, mas ainda não é tão inteligente quanto o esperado. Deve haver alguma maneira de melhorá-la para se tornar uma democracia inteligente, aquela institucionalmente programada com inteligência.

### III. Uma pessoa, dois votos

Vamos começar nosso esforço com o sistema de votação. Aqui ignoramos o paradoxo discutido por Condorcet ou Arrow, de que nenhum sistema de votação pode converter as preferências classificadas de indivíduos em uma classificação de toda a comunidade. Isso indica que é impossível que a democracia seja perfeita, mas ainda podemos esperar uma melhor prática. Nosso modesto esforço é simplesmente modificar o sistema de votação, para deixá-lo representar melhor a verdadeira vontade das pessoas. Isso significa respeitar a busca pelo dano mínimo e a compatibilidade máxima na democracia. Minha recomendação é para um sistema de bi-votos, ou seja, um modelo de “uma pessoa-dois votos” como uma alternativa ao sistema popular de “uma pessoa-um voto”.

Seja um caso em que uma proposta A beneficiará a todos, e cada um receberá um retorno N, enquanto a proposta B beneficiará 51% das pessoas com um retorno N+1, enquanto diminui o retorno para 49% das pessoas em N-1, então a proposta parcial B provavelmente derrotaria a imparcial A na votação usual, devido à natureza humana egoísta. Para reduzir o dano às minorias, um sistema de dois votos pode ajudar um pouco. Suponha que uma pessoa tenha dois votos em vez de apenas um voto, ou seja, cada eleitor pode votar por um voto a favor e um voto contra ao mesmo tempo, falando pela aprovação e desaprovação de sua consciência. O argumento mais breve para isso poderia ser que todos têm seus assentimentos e dissidências, ou suas preferências positivas ou negativas, de modo que os dois votos, a favor e contra, devem ser encontrados como a representação plena e justa de suas preferências. E para ser notado, o indesejável importa mais do que o desejável na maioria dos casos, porque o indesejável frequentemente se relaciona com a segurança e liberdades de alguém, ou qualquer coisa mais importante para a vida de alguém, enquanto o desejável se aproxima mais da maximização dos interesses próprios, o que geralmente produz mais conflitos do que cooperação. Obviamente, o voto de desaprovação é essencial e indispensável na defesa das necessidades irredutíveis da vida, portanto não deve estar ausente ou reduzido a nada. A propósito, se insistirmos em uma votação simples de um voto, deve ser o voto de desaprovação, em vez da aprovação, pois a desaprovação importa mais do que a aprovação.

Eu sugeriria as regras básicas para o sistema de dois votos da seguinte forma: (1) a regra dos prós líquidos. Ou seja, prós líquidos = prós-contras. Suponha que A obtenha 51% de prós e 31% de contras, então  $51\% - 31\% = 20\%$  de prós líquidos; B obtém 41% de prós e 11% de contras, então  $41\% - 11\% = 30\%$  de prós líquidos. B deve ser considerado o vencedor; (2) a regra da maioria condicional. Se A e B coincidirem em seus prós líquidos, aquele com mais prós vence.



Em alguns casos, o sistema de dois votos pode levar a resultados diferentes do sistema de um voto, representando melhor o que as pessoas realmente querem e não querem. Isso pode restringir parcialmente o uso indevido da democracia e reduzir o dano do vencedor ao perdedor; em outras palavras, pode aumentar a defesa dos desfavorecidos. O sistema de dois votos pode lembrar os candidatos de objetivos mais razoáveis ou imparciais, mais conducentes aos interesses gerais das pessoas, de modo a evitar um grande número de golpes. Talvez, o jogador mais forte ainda tenha uma chance maior de vencer, mas dois votos podem limitar as demandas excessivas do jogador mais forte. Esperançosamente, o sistema de dois votos pode ajudar a manter a estabilidade política e a cooperação de uma sociedade, e a evitar aventuras políticas ou econômicas radicais.

Deixe-me contar uma história. Perguntei a um economista francês se o presidente Emmanuel Macron teria vencido a eleição presidencial se a França tivesse adotado o sistema de dois votos em 2017, e ele me disse que Macron ainda poderia ter sua pequena preponderância, mas poderia chegar a um resultado estranho em que os prós líquidos para cada candidato provavelmente seriam um número negativo... Da mesma forma, quando também perguntei a um professor americano se Donald Trump teria vencido em 2016 sob o sistema de dois votos, sua resposta foi que Trump teria perdido, mas infelizmente todos os candidatos também teriam obtido um número negativo. A eleição americana em 2024 favorece Trump, e os prós para ele parecem sugerir que ele obterá um número ruim em vez de um número negativo, mesmo se adotasse o sistema de uma pessoa-dois votos. Ainda assim, não defenderia tanto a democracia moderna, o que se tornou um jogo engraçado.

Essas ficções não são meramente divertidas. Em vez disso, elas sugerem uma crise séria para a democracia hoje, a saber, o desaparecimento do consenso positivo. Então deveríamos esperar uma democracia verdadeiramente inteligente, inteligente o suficiente para selecionar o melhor, pelo menos não o pior, para todas as pessoas de uma nação. O sistema de dois votos é apenas um pequeno passo no caminho para a democracia inteligente. Como esperado, ele poderia representar melhor as preferências das pessoas, mas ainda falharia em explicar o que é bom ou o que poderia realmente beneficiar todas as pessoas. Há mais problemas pela frente.

#### **IV. Ainda mais um problema do coração**

As filosofias modernas estudam e discutem a mente com mais cuidado do que o coração. Mas o coração importa mais do que a mente em culturas, valores e religiões, assim como a mente importa mais em conhecimento, lógica e pensamento. Devemos levar a questão do coração a sério, pois o coração explica, muitas vezes irracionalmente, valores ou conceitos de vida, e decide as preferências divergentes de todos, o que cria problemas para a política.

Democracia ou eleição pública agrega as preferências de indivíduos independentes. Parece bom, mas ironicamente não. Vamos supor que todos os indivíduos sejam independentes e racionais (não realmente em mais casos) para que sejam imunes a anúncios ou propagandas políticas, ainda estamos enfrentando um problema conhecido e quase insolúvel: a agregação de escolhas racionais individuais não garante e, na verdade, nem sempre leva a um resultado de racionalidade coletiva, e mais frequentemente pode produzir irracionalidade coletiva. Por exemplo, uma pessoa perigosa de carisma pode ganhar a eleição para a presidência, ou um referendo nacional pode repudiar a dívida internacional, ou a maioria pode apoiar um ato discriminatório contra um grupo minoritário etc. Poderíamos encontrar uma saída para essa problemática de “garrafa de mosca” (Wittgenstein) e recorrer a uma democracia alternativa que represente ideias mais justificadas, em vez de apenas agregar opiniões?

Arendt e Habermas, e outros teóricos, sugeriram que a democracia deliberativa com uma esfera pública sólida seja restabelecida com base na tradição da “ágora” grega. Tais propostas pressupõem que as pessoas cheguem a acordos por meio de comunicação racional e de boa-fé. Embora seja uma boa ideia, ela deixa um problema intocado de que um acordo de mentes pode não reduzir um desacordo de corações. Mesmo se aceitarmos a situação de fala ideal para comunicação racional, como Habermas recomenda, e que mentes racionais são sempre convencidas por “melhores argumentos”, isso não significa que os conflitos terminariam com um acordo, uma vez que os corações discordantes permaneceriam inalterados. Na verdade, sempre que religiões, ideologias, identidades culturais ou identidades pessoais são consideradas mais essenciais do que verdades ou mais importantes do que vidas, as pessoas frequentemente fazem escolhas irracionais, mesmo quando sabem racionalmente que é um erro. Isso indica uma exceção à proposição geral de Sócrates de que ninguém erra conscientemente. Como a mente de alguém nem sempre representa totalmente o coração de alguém, o conhecimento comum das mentes não é igual ao acordo dos corações. Portanto, indica que a compreensão mútua das mentes não pode garantir a aceitação mútua dos corações, e melhores argumentos nem sempre podem confirmar melhor cooperação, ou boas mentes comunicativas não são suficientes para apaziguar corações mutuamente exclusivos. Se mentes racionais pudessem resolver todos os problemas, os conflitos sociais, bem como os choques de civilizações, deveriam ter sido resolvidos ou desaparecidos, infelizmente, a realidade é o contrário. Temos que reconhecer a verdade de que a mente nem sempre convence o coração e vice-versa. Para ir mais longe — se não muito longe — sugere uma limitação do pensamento iluminista, que considera a mente muito mais do que o coração, às vezes esquecendo o problema dos corações. Aqui o ponto é que a democracia pode falhar quando os corações se separam.

Um conceito tradicional chinês, “corações das pessoas” (*min-xin*), está relacionado a um problema muito difícil na filosofia política, em conta que os corações das pessoas são tão importantes quanto trabalhar com as mentes das pessoas. O “coração” significa aquilo que explica a busca de uma vida significativa, representando o espírito, valores, emoções e fés de alguém. A dificuldade desesperadora no problema do coração é que não existe tal coisa de classificação universal de valores ou preferências, portanto, cada coração não tem razão para ceder. Em comparação, o problema das mentes divergentes poderia ser resolvido, se todos fossem honestos, pela razão universal, verdade e lógica. O problema final para a democracia são os corações divergentes.

A democracia deve ser considerada um conceito aberto que espera melhorias razoáveis, em vez de um conceito fechado. O arranjo institucional moderno da democracia tornou improvável que seja imparcial - a competição de partidos fala do fato. A parcialidade trai os valores básicos, incluindo justiça, igualdade e liberdade, portanto, a democracia baseada em partidos competitivos é essencialmente suspeita. Uma democracia mais razoável deve reconhecer uma obrigação transcendental de uma escolha pública, ou seja, minimizar o dano a todos, ou minimizar o dano a qualquer um, caso contrário, a democracia não será uma maneira de estabelecer uma sociedade unida. Temos, portanto, uma boa razão para imaginar uma transformação da democracia de um jogo competitivo para um jogo cooperativo, um que equilibre os interesses recíprocos de todas as pessoas.

Minha sugestão para a estratégia recíproca poderia ser descrita como: dados quaisquer dois jogadores X e Y, o arranjo institucional deve desenvolver o equilíbrio recíproco no qual X e Y compartilham sua fortuna a tal ponto que X se beneficia se e somente se Y se beneficia, e X perde se e somente se Y perde, de modo que a promoção da realização de Y se torna a estratégia dominante de X para melhorar seu próprio interesse, e vice-versa. Em suma, a estratégia de reciprocidade é melhorar enquanto equilibra razoavelmente a recompensa de cada trabalho em uma sociedade. Em respeito a Confúcio por seu princípio de “melhorar se-e-somente-se deixar melhorar”, eu o chamaria de Melhoria Confucionista.<sup>6</sup> É uma condição básica para a harmonia dos corações.

Admito que é um ideal ainda distante da nossa realidade, e além do conceito de democracia, no entanto, poderíamos esperar uma melhoria da democracia para torná-la mais próxima de uma sociedade ideal. Agora, o ponto é que a democracia é boa, mas não tão inteligente, e uma democracia estúpida falharia consigo mesma.

## V. Um conceito de democracia esperta

As sociedades modernas coletam opiniões públicas estatisticamente, por meio de votos democráticos ou pesquisas de opinião pública. Infelizmente, os eleitores em eleições e pesquisas são frequentemente enganados por poderes dominantes,

<sup>6</sup> Confúcio, *Os Analectos*, cap. 6.



propaganda governamental, mídia e demagogos. A verdade é que as opiniões expressas em pesquisas não são nem as verdadeiras representações de mentes nem de corações. O que é pior, nossas interpretações filosóficas aparentemente profundas da vida e dos valores não exibem conhecimento autoevidente do que é realmente bom e valioso. Devemos admitir nossa falta de conhecimento convincente da bondade e tentar melhorar a democracia em condições tão constrangedoras.

Como mencionado acima, um grande desafio para a democracia é que a agregação da racionalidade individual frequentemente falha não apenas em produzir racionalidade coletiva, mas pior, às vezes leva à irracionalidade coletiva. Nem está além da concepção que alguma pessoa intelectualmente ou moralmente incompetente possa vencer uma eleição com a ajuda de dinheiro, poder, manipulação e mentiras. A verdade incômoda é que o procedimento da democracia não representa nenhuma inteligência, ou nenhuma mente, nada mais do que uma estatística de números competitivos, portanto, a democracia é “burra” por si só. Temos boas razões para buscar uma democracia esperta que carregue “inteligência” em si mesma, acima das preferências parciais, para que ela possa funcionar racionalmente mesmo que as elites políticas estejam carentes de sabedoria. Deve-se notar que a democracia esperta não implica nenhum conhecimento perfeito da bondade, ela é supostamente inteligente em seu melhor uso do melhor conhecimento até agora, mas ainda longe do conhecimento perfeito.

Nas últimas décadas, curiosamente, vários cientistas políticos têm repensado seriamente a democracia ao reconsiderar a seleção de líderes não por votação, mas pelo antigo princípio do “sorteio”. Para um melhor exemplo, em 2018 Wang Shaoguang argumenta plausivelmente que o sorteio é “um arranjo racional para desracionalizar a eleição”, com o que ele quer dizer que o sorteio não apenas impede a eleição de líderes com base em emoções ou trapaças, mas também é imparcial e justo<sup>7</sup>. Ele cita um historiador, Thomas Trollope, que defende a confiança na probabilidade em vez de nas pessoas.<sup>8</sup> Mas um ponto fraco óbvio é que o sorteio igualitário não garante de forma alguma a seleção de líderes que sejam bons, justos ou mais sábios. Como um dos primeiros livros na China, o *Livro dos cânones políticos* (Shang-shu), coloca, “igualdade em tudo para todos cria desigualdade”.<sup>9</sup> Afinal, se os melhores ou mais sábios resultados fossem alcançáveis por sorteio, a loteria se tornaria a melhor maneira de fazer fortuna.

Embora a China não ostente uma tradição de práticas democráticas, há uma concepção filosófica de democracia inteligente que deriva da Constituição

7 Wang Shaoguang, *Sortition, Democracy and Republic: from Athens to Venice* (edição chinesa). Citic press, Pequim, 2018, p. 52.

8 Thomas Adolphus Trollope, *A History of the Commonwealth of Florence: from the earliest independence of the commune to the fall of the republic in 1531*, Vol. 2, Londres: Chapman and Hall, 1865, p. 178-179.

9 *The Book of Political Canon* (Shang-shu, 尚书), o capítulo: a lei (吕刑).

Exemplar (Hong-fan), editada como um capítulo no *Livro do cânone político* (Shang-shu). A história conta que, há cerca de 3.000 anos, um político muito respeitado, Ji Zi, aconselhou o primeiro rei da dinastia Zhou (1046 a.C. a 256 a.C.) com “nove estratégias inteligentes”, entre as quais encontrou o primeiro gene de uma democracia inteligente em termos de um conjunto de votos de seres humanos e do “céu”, o que seria, supostamente, de grande ajuda para o rei tomar decisões mais sábias.

Esta suposta democracia inteligente é feita de um sistema de cinco votos. De acordo com Ji Zi, entre os cinco votos, três votos de seres humanos, incluindo um voto do Rei (marcado como K), um voto da maioria dos ministros (M) e um voto da maioria das pessoas comuns (P). Isso significa que o grupo de ministros e o povo deveriam ter chegado a um voto majoritário com discussão deliberativa. E os outros dois votos de ponderação deveriam ser dados “pelo céu” em termos de dois tipos de adivinhações (D1 e D2). Deve-se entender que, nos primeiros dias da civilização, a adivinhação era considerada uma forma confiável e respeitável de conhecimento, assim como a ciência é hoje, então os votos de adivinhação devem ser entendidos essencialmente como o conhecimento ponderando os votos. Para trazer esta ideia para uma democracia inteligente modernizada, podemos substituir a adivinhação supersticiosa pelo conhecimento científico.

As regras operacionais da democracia inteligente de Ji Zi podem ser resumidas da seguinte forma:

R1: se K, M, P, D1 e D2 estão todos de acordo com uma proposta, ou seja, unanimidade, então sugere a escolha pública ótima;

R2: se K, D1 e D2 têm o acordo, mas M e P são contra, ou se M, D1 e D2 têm o acordo, mas K e P são contra, ou P, D1 e D2 têm o acordo, mas K e M são contra, cada caso significa que a proposta provavelmente não é a melhor, mas funciona condicionalmente se for cuidadoso;

R3: se uma das adivinhações, D1 ou D2, não a suporta, a proposta é vista como duvidosa. Isso pode ser aceitável para questões domésticas, mas é muito arriscado e, portanto, não é encorajado para nenhuma ação no exterior (uma regra estranha, talvez importasse no contexto antigo);

R4: se nenhuma das duas adivinhações o apoia, mesmo que haja consentimento de todos os votos humanos, nenhuma ação deve ser tomada, pois o “conhecimento” do “céu” diz não.<sup>10</sup>

Obviamente, as regras 3 e 4 dão o maior peso aos votos do “céu”, ou seja, por meio de adivinhações, são considerados mais valiosos do que os votos humanos porque representam o melhor conhecimento. Especialmente, a regra 4 afirma claramente que a discordância das adivinhações importa mais do que todos os votos

10 *The Book of Political Canon* (Shang-shu, 尚书), o capítulo: A Constituição exemplar (洪范).

humanos. Então, indica que o espírito imparcial e onisciente do “céu” excede as mentes humanas parciais e limitadas. Em palavras modernas, sugere uma democracia ponderada pelo conhecimento que visa deixar o conhecimento liderar a democracia, para que possa ajudar a fazer escolhas verdadeiramente racionais.

Devemos entender que, antes da ascensão e do sucesso das ciências empíricas, a adivinhação tinha desempenhado o papel de conhecimento profissional “convicente”. Como a ciência hoje, a adivinhação era um tipo de tecnologia que exigia prática habilidosa e era supostamente capaz de revelar respostas misteriosas ocultas – ou, pelo menos, era melhor do que um palpite cego. Nos primeiros dias da civilização na China, 3.000 anos atrás, os magos que interpretavam adivinhações eram, em essência, “especialistas”, os escolhidos por sua reputação de sabedoria e experiências. Então, a deferência à adivinhação significava, de fato, deferência à expertise, incorporada na sabedoria dos intelectuais. Ao considerar a inclusão dos votos ponderados de “conhecimento”, o projeto de Ji Zi poderia, portanto, ser considerado um protótipo inicial para uma democracia inteligente, e sua proposta de deferência ao conhecimento oferece uma inspiração para o nosso mundo modernizado.

Na história, o rei aceitou oito das “nove estratégias inteligentes” de Ji Zi. A única exceção, infelizmente, foi a proposta de Ji Zi de uma democracia inteligente. Ele fez isso não apenas porque a democracia inteligente era incompatível com a monarquia preferida, mas também porque a dinastia Zhou estava estabelecendo um novo regime cultural que valorizava a autoridade do conhecimento histórico, bem como os méritos morais, ao mesmo tempo em que marginalizava o conhecimento não verificável das adivinhações. Essa virada cultural, chamada de “o xamanismo para a história”, que concedeu a autoridade epistemológica a historiadores profissionais que conhecem os altos e baixos, teria ajudado a moldar a China em uma civilização baseada na história até os dias de hoje, ou seja, uma civilização na qual a história é considerada o principal conhecimento subjacente a todas as humanidades e ao mundo espiritual (em contraste, por exemplo, com o conhecimento grego, baseado na filosofia, ou o mundo espiritual ocidental baseado no cristianismo).

Retornando à nossa própria situação contemporânea, estamos cientes do fato de que a racionalidade individual, com sua tendência ao egoísmo devido à natureza humana e que prioriza interesses de curto prazo em razão do nosso horizonte empírico, dificilmente formará uma condição imparcial para a racionalidade coletiva. Todos os indivíduos que buscam o interesse próprio de curto prazo não se agregam em escolhas que são ótimas para o bem-estar de longo prazo de uma sociedade ou nação. Esperamos inserir inteligência, ou melhor, epistemologia na democracia.

Uma versão modernizada da concepção de Ji Zi de uma democracia ponderada pelo conhecimento oferece a possibilidade de refazer uma democracia inteligente moderna. Com certeza, a modernidade exclui a monarquia e a adivinhação, então

uma democracia inteligente moderna poderia ser, brevemente, alternativamente projetada como tal: uma democracia inteligente terá duas rodadas de votação, a primeira por todos os cidadãos, semelhante à democracia moderna, e a segunda como os votos ponderados pelo conhecimento por um comitê científico, consistindo de representantes selecionados entre cientistas e acadêmicos respeitados, representando os votos do conhecimento até então confiável, independente de governos ou partidos. Isso significa que a eleição deve seguir duas etapas: primeiro, todos os cidadãos votam no que desejam; segundo, o comitê científico dá os votos de ponderação do conhecimento para aprovar ou desaprovar as escolhas das pessoas sobre o melhor conhecimento e razão. Então, ele define os poderes separados, ou autoridades divididas: as pessoas decidem o desejável, e o comitê científico decide o viável. Se assim projetada, a democracia poderia se tornar institucionalmente inteligente para que fosse inteligente em si mesma e por si mesma, na maior extensão sendo livre de escolhas irracionais.

As regras de uma suposta democracia inteligente poderiam ser as seguintes:

(1) O primeiro turno de votação seria a eleição geral à maneira moderna, por todos e cada um dos indivíduos de uma sociedade ou nação, a ser realizada no sistema de dois votos, conforme discutido acima, ou seja, uma pessoa-dois votos, o pró e o contra. Como esperado, relataria melhor as mentes e os corações das pessoas. E a votação geral decide os candidatos (pessoas ou projetos);

(2) A segunda rodada de votação fica limitada ao comitê científico, consistindo de cientistas, filósofos, economistas e historiadores, etc., respeitados e honestos, para estudar os candidatos (pessoas ou projetos) se eles eram praticamente razoáveis antes de seus votos para a escolha final, de acordo com o conhecimento e argumentos até agora bem reconhecidos, também feito em sistema de dois votos. São essencialmente os votos pelo conhecimento e não pelas pessoas, embora sejam os agentes atuantes. O ponto é que o comitê científico não escolhe o que é desejado. Em vez disso, eles são limitados a simplesmente aprovar ou desaprovar o que está sendo desejado pelas pessoas. Eu repetiria, ele separa a escolha pública em dois níveis, onde as pessoas definem o que é desejado, enquanto o julgamento científico decide o que é certo do que é desejado. E a “coisa certa” significa aquilo que é racionalmente aceitável e praticamente viável.

Como esperado, os membros do comitê científico, cuja situação financeira deve ser abertamente supervisionada e inspecionada pelo público, portanto supostamente imparcial em limitar seus argumentos a razões científicas livres de valores e interesses privados, provavelmente trabalharão melhor do que os senadores e os representantes que estão inclinados a seguirem suas preferências egoístas, estreitas, ou de curto prazo. Na verdade, a democracia moderna tem sido um jogo entre grupos de interesse, nem a verdadeira representação do povo, nem a escolha mais sábia para o povo, tanto que os votos das pessoas enganadas não importam

tanto quanto se supõe. Como acreditamos, o pensamento científico está muito mais próximo da razão geral da humanidade do que as preferências individuais, portanto, mais eficaz em fazer escolhas racionais que sejam mais inteligentes. E a democracia inteligente poderia funcionar ainda melhor com a ajuda da IA.

Concluindo, os votos ponderados pelo conhecimento poderiam tornar a escolha pública mais sábia, melhor para todas as pessoas, com uma contribuição eficiente para uma razoável democracia inteligente (esperta), o que poderia explicar melhor a legitimidade da democracia. Acredito que a democracia tem o objetivo de fazer as melhores escolhas públicas de bens comuns, em vez de uma competição pública “legítima” de interesses exclusivos.

Tradução: Antonio Florentino Neto

Recebido em setembro de 2024  
Aprovado em dezembro de 2024

Revista digital: [www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos)



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.